

Salimbene de Parma e a escrita da história no século XIII

ANDRÉ L. PEREIRA MIATELLO*

Frades mendicantes, crônicas e cidades

Quando lemos as crônicas redigidas pelos frades mendicantes – Minoritas e Pregadores –, nos séculos XIII e XIV, não podemos deixar de perceber uma nítida proximidade narrativa e conteudística com a matéria hagiográfica que os mesmos frades se esmeraram em produzir nas grandes oficinas de erudição que os conventos urbanos abrigavam. Tratava-se de um esforço comum de afirmação dos princípios fundamentais que constituíam as ditas Ordens – franciscana e dominicana – e legitimavam a sua ação no interior das cidades, sobretudo italianas. Essa legitimidade de ação que, desde cedo, amparou-se na pregação da penitência, encontrava nos escritos hagiográficos e historiográficos, particularmente nas crônicas, material suficiente para munir os pregadores de um acervo discursivo útil nas lides apostólicas desses religiosos itinerantes.

E mais, as crônicas mendicantes, tanto quanto as Vidas de santos escritas pelos mesmos frades, desenvolveram-se no exato momento em que as cidades, em particular as italianas, afirmavam sua independência e autogestão. Esse movimento de emancipação política, que atingiu boa parte das cidades da cristandade ocidental desde meados do século XII e por todo o século XIII, não teria alcançado a amplidão de suas reformas se não fosse pela força ideológica advinda da historiografia então produzida segundo os intentos e as necessidades dos centros urbanos em expansão. A função cívica atrelada à historiografia, o caráter público do *monumento* literário – chamado crônica ou história – e a sua leitura declamada em assembleia dão uma dimensão política ímpar às narrativas historiográficas, não raro financiadas pelas municipalidades. E no bojo dessas questões literárias e políticas encontram-se os frades mendicantes, grandes agentes da afirmação das cidades, que foram também peritos autores de crônicas (CAPO, 1977: 633-639). A uma só vez podemos dizer que, em se tratando de frades mendicantes e ação política, as crônicas, as Vidas de santos e os sermões constituíam os principais recursos de disciplinamento social encetado por esses

* Professor Doutor de História Medieval da Universidade Federal de Minas Gerais.

religiosos e que, por essa razão, não podemos estudar um gênero particular a despeito dos outros dois (TILATTI, 1995: 47-74).

Toda ação política empreendida pelos mendicantes justificava-se a partir da intuição originária dos fundadores – Domingos de Gusmão (1170-1221) e Francisco de Assis (1181-1226) – que vislumbravam suas Ordens como baluartes de salvação para um mundo decaído em vias de dissolução. O caráter escatológico da pastoral mendicante, desde cedo reconhecido pelo papado, forneceu aos ditos religiosos os argumentos mais convincentes para a sua inserção nas cidades, uma vez que estas, particularmente as do centro-norte da Itália e sul da França, também eram demasiado sensíveis ao clima de escatologia, isto é, de expectativa pela transformação sobrenatural do mundo e pela manifestação universal dos fins últimos previstos pelo texto evangélico, propugnado pelos frades. Em várias ocasiões, os representantes das camadas sociais urbanas elegeram os mendicantes como seus principais colaboradores e, em consequência, adotaram os santos mendicantes (São Francisco de Assis, Santo Antônio de Pádua, São Domingos de Gusmão, São Pedro de Verona, etc) como seus patronos espirituais para solucionar os problemas políticos que resvalavam na efervescência religiosa e milenarista.

Porém, antes mesmo de lançarmos um olhar mais detido nas características formais das crônicas mendicantes, é preciso demarcar nosso campo de abrangência. Dada a variedade das crônicas medievais redigidas por frades mendicantes e a extrema amplitude de certas obras, é inviável uma apreciação de conjunto desses textos nos limites deste capítulo. Atrelada a isso, decorre a convicção de que as Ordens mendicantes constituem um objeto de estudo assaz complexo a ponto de, para evitar generalizações gratuitas e superficiais, ser preferível priorizar uma ou outra a fim de identificar, nas crônicas relativas a uma das Ordens, aqueles aspectos comuns a todas elas como, por exemplo, a concepção de história e a função social da pregação. Para tanto, iremos nos restringir à Ordem dos Frades Menores (franciscanos ou minoritas) e à *Cronica fratris Salimbeni*. Nossa intenção é apresentar as linhas mestras dessa narrativa historiográfica inquirindo seus objetivos, o modo de apresentação das matérias e a lógica de sua composição.

As crônicas mendicantes: história e pregação

Se a historiografia dita medieval constituía mais um instrumento de persuasão da providência do que uma análise apurada dos fatos, podemos deduzir que os frades mendicantes encontraram nela um poderoso artifício de difusão de suas ideias. Contudo, a questão não é exclusiva desses religiosos: se lemos as crônicas e histórias monásticas, isto é, produzidas por monges, dos quais os frades são bastante distintos, percebemos que também aqueles, os monges, pretendiam usar a historiografia para ensinar a moral monástica e defender a legitimidade e/ou o poderio regional deste ou daquele mosteiro. Sucede que, no geral, as crônicas e histórias monásticas conheciam uma difusão restrita ao espaço do mosteiro, quando muito dentro de uma congregação monástica, isto é, uma rede mais ou menos extensa de mosteiros ligados por uma tradição ou constituição comum.

Em contrapartida, as crônicas mendicantes difundiam-se de maneira mais ampla, seja porque o número de conventos era imenso, ou porque as Ordens mendicantes eram centralizadas, diferentemente das Ordens monásticas, ou ainda porque os frades eram itinerantes e seus conventos, ao contrário dos mosteiros, não eram claustros mais ou menos impermeáveis aos leigos e às populações urbanas. Todavia, o que mais destaca a produção historiográfica mendicante da monástica não é, em última instância, a difusão dos códices ou a natureza formal das obras, mas o uso desses textos numa atividade que, aparentemente, pouco tem a ver com a historiografia, como é o caso da pregação. Esta é a grande característica das Ordens mendicantes: são Ordens pregadoras, voltadas para o anúncio verbal da mensagem cristã; Ordens fundadas no exato momento em que a pregação religiosa alcançava índices inauditos de importância política e social, época em que até mesmo os leigos, isto é, aqueles que, por direito canônico, eram receptores da pregação, punham-se a pregar ou pretendiam ter parte no ofício de pregador. Especialistas do discurso, os frades precisaram se tornar também especialistas da escrita, associando a isso tudo o que podia auxiliar no ministério da palavra, incluindo aí a escrita da história.

Segundo o testemunho dos frades – dominicanos e franciscanos – a pregação consiste em conduzir os extraviados pecadores ao reto caminho da virtude, tentar salvar aqueles que o pecado fez perder, recuperar os que foram afetados pela doença do

espírito e devolver-lhes a saúde. Em uma palavra, a pregação consiste em edificar os ouvintes e, para alcançar esse fim, o pregador precisa recorrer à oratória sacra, sabendo usar “palavras ponderadas e castas, para o proveito e edificação do povo, anunciando-lhes os vícios e as virtudes, a pena e a glória com palavra breve, pois o Senhor usou de palavra breve quando esteve na terra” (BRUFANI, 1995: 178). Sanar os males causados pelo pecado, eis o desejo dos frades mendicantes; e, para eles, nenhum outro lugar era mais sintomático da doença moral do que as cidades. Nelas residiam os maiores e os mais numerosos pecados, porque nelas havia mais pessoas. “Nas cidades existe mais gente do que em outros lugares e por isso é melhor pregar ali do que alhures, assim como é melhor dar esmola a muitos do que a poucos. Nas cidades também existem muitos pecados e por isso deve-se pregar mais aí, já que maior é a necessidade, pois se deve evitar os perigos quanto maiores forem” (BARONE, 1977: 611). Este testemunho de Humberto de Romans (1200-1277), quinto mestre geral da Ordem dos Pregadores, coaduna-se bem com o que pensavam os frades Menores, por volta de 1250; ora, Tomás de Celano (1185-1265), importante hagiógrafo de São Francisco de Assis, relata que o santo fundador “queria que os frades morassem não só nas cidades, mas também nos lugares ermos onde a todos fosse dada matéria de merecimento e fosse tirado aos maus o véu da desculpa” (BRUFANI, 1995: 510). Este mesmo tema mantinha-se firme no início do século XIV, como se pode ver no sermão do dominicano Giordano de Pisa (1260-1311): “procuramos a cidade e andamos pregando por vós, para dar-vos a paz e para fazer-vos partícipes dela” (GIORDANO DA PISA apud DEL CORNO, 1974: 41).

A pregação é, pois, o caminho ordinário do convencimento moral, cujo trajeto precisa culminar na penitência que, para um cristão do século XIII, evidentemente supõe a confissão dos pecados. Pregação e confissão são as duas faces de uma mesma moeda: a conversão espiritual; e já que a conversão se dá pela persuasão advinda de dois atos de fala, é preciso que o frade mendicante seja perito na retórica sacra e, mais do que isso, que seja perito na ciência sagrada: “(...) assim como foi dito, ensinamos que ao ofício da pregação, que faz parte da regular profissão da Ordem, seja acrescentada a confissão, os quais requerem conhecimento da sagrada escritura que é sutil na exposição de várias passagens, para que diante da verdade não advenham erros da ignorância; por isso é necessário que tenhamos escola de sagrada escritura e mestres” (DETERMINATIONES QUAESTIONUM, p. 339). Nestas escolas de frades,

instituídas em cidades estratégicas da Europa ocidental, os futuros pregadores aprendiam não só a bem falar e a interpretar a bíblia, mas também a explorar os demais campos do saber erudito, visando sempre a edificação dos ouvintes. Um desses campos é, sem dúvida, a historiografia que, em âmbito mendicante, aparece sempre relacionada à pregação.

Mais uma vez, é Humberto de Romans quem nos informa: “Outra é a ciência das histórias. Estas são muitas, não apenas entre os fiéis, mas também entre os infiéis, as quais amiúde são muito importantes para a edificação durante a pregação” (HUMBERTO DE ROMANS, 1677: 433). Na opinião dos mendicantes, a afinidade entre história e edificação parece natural, pois aqui, mais uma vez, valem os procedimentos de compreensão da historiografia durante o medievo: é preciso aprender com os exemplos, bons ou maus, que mostram o que se deve fazer e o que se tem de evitar. Alberto de Stade, cronista franciscano de meados do século XIII, escreveu que “a malícia dos maus e a sua correção ou vingança, se retamente conduzida à luz, poderá ser exemplo aos outros, para que se precavejam. Por isso, os feitos dos homens são escritos para que os leitores e os ouvintes aproveitem a bondade dos bons e evitem a malícia dos maus” (ALBERTO DE STADE, 1963: 284).

Esta é a finalidade de uma crônica mendicante, franciscana ou dominicana: oferecer ao público um florilégio de exemplos capazes de convencer e de converter. A uma só vez, as crônicas e histórias escritas pelos frades participam do gênero sermonário e também do gênero encomiástico, pois se trata de mostrar e louvar sempre as grandezas de Deus, autor da virtude dos bons e do castigo dos maus; os fatos negativos (*notabilia mala*) que são narrados não têm outra razão de ser do que afirmar que a maldade é o caminho mais seguro para a perdição e o desespero. Não sem razão, Beryl Smalley (1979: 213-219), em sua obra sobre os historiadores na Idade Média, cunhou a expressão “história do púlpito” para se referir à historiografia produzida pelos frades dos séculos XIII e XIV e com ela concordamos plenamente. Também Carla Casagrande e Silvana Vecchio (1989) seguem na mesma direção quando analisam a Crônica do franciscano Salimbene de Parma e a Crônica da Cidade de Gênova, do dominicano Iacopo de Varazze.

As crônicas e histórias oferecem aos pregadores um repertório vasto e consolidado de exemplos predicáveis; e já que os sermões são pregados nas praças urbanas, nada mais interessante do que usar exemplos de fatos históricos daquela precisa cidade para exortar seus habitantes à penitência. Assim, as crônicas mendicantes, fiéis ao carisma das Ordens, unem-se à pregação e, fiéis ao costume citadino, unem-se ao encômio das cidades e dos valores morais da sociedade urbana em franca afirmação.

A Cronica de Salimbene de Parma

Se as narrativas de Tomás de Eccleston e Jordão de Giano, embora interessantíssimas para a historiografia medieval, não nos contam detalhes da vida político-social da Inglaterra e da Alemanha, no século XIII, o mesmo não podemos dizer da crônica de frade Salimbene. Os estudiosos dessa importante obra histórica têm insistido no caráter múltiplo do texto salimbeniano: dele podemos dizer que é, simultaneamente, autobiografia, diário de viagem, descrição de pessoas (detalhes físicos e morais) e de lugares, panegírico, sermão, digressão memorialística, tratado moral e político, hagiografia e, até mesmo, crônica, isto é, narração de acontecimentos históricos divididos em medidas temporais de anos.

Tanto quanto os outros dois frades historiadores do “franciscanismo”, Salimbene de Parma (1221-1288) também se preocupava em registrar a história de sua Ordem, mas o fez de maneira bem particular: ele é um dos poucos testemunhos de finais do século XIII que nos contam a versão da história franciscana própria dos frades que compunham a chamada “Comunidade”, isto é, a ala da Ordem minorítica contra a qual se opunham os frades “zelantes” ou “espirituais”, isto é, aqueles que queriam reformar a Ordem, devolvendo-a ao suposto fervor primitivo, característico dos tempos do fundador¹. Os “zelantes” ou, posteriormente, os “espirituais”, sobretudo na Itália, usaram a escrita da

¹ Há toda uma historiografia, inclusive no Brasil, que se posiciona a favor da questão dos Espirituais considerando-os garantes de um suposto verdadeiro franciscanismo. Não obstante a legitimidade da matéria, temos de nos perguntar se, ao assim fazer, isto é, ao eleger os “zelantes-espirituais” como herdeiros do espírito de São Francisco, esses historiadores não foram, eles mesmos, convencidos por aqueles sobre os quais deveriam escrever a história. Nesse sentido, a obra fundadora, no Brasil, é: FALBEL, Nachman. *Os Espirituais Franciscanos*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

história para disseminar um “franciscanismo” que acreditavam mais puro, mais autêntico e, com isso refutar o modo de vida dos demais frades Menores que, segundo eles, haviam traído o espírito de São Francisco². Evidente debate ideológico, pois a realidade de um espírito, no caso o de São Francisco, não é uma empiria que possamos encontrá-la em estado puro, mas é sempre uma construção mental, sujeita aos mecanismos subjetivos da descrição e da argumentação.

Deixando de lado a história da Ordem, narrada por Salimbene, queremos entender como o cronista arquitetou sua narrativa e como trabalhou, a seu modo, o conceito de história próprio do medievo para evidenciar os pontos-chave de sua visão dos acontecimentos. Salimbene sonhava com uma narração total e, nisso, não se distinguia de outros historiadores-cronistas do medievo que, desde Paulo Orósio, pretendiam compilar os eventos da saga humana naquilo que ela teria de mais fundamental e digno de nota. Contemporâneo de Salimbene, o dominicano Vicente de Beauvais (1190-1264) queria também redigir a história universal, desde Adão até seus dias e, para tanto, escreveu o majestoso *Speculum historiale* [literalmente, o *espelho da história*], em trinta e um livros, com 3793 capítulos.

A obsessão pela coleta de materiais “narráveis” ou “historiáveis” era comum nos historiadores de fins da Idade Média e, nesse sentido, a escrita da história sofreu as mesmas tendências enciclopedistas de outras áreas do saber erudito, como a filosofia e teologia, que passaram a contar, a partir do século XII, mas sobretudo, no XIII, com compêndios, súmulas ou *Sumas* (como a *Summa Theologiae* de Tomás de Aquino) que procuravam agregar, em volumes, todas as informações relativas ao assunto em causa: doutrina sacra, no caso das súmulas ou compêndios de teologia, acontecimentos históricos, no caso dos compêndios históricos, como a *Cronica* de Salimbene e o *Speculum historiale* de Vicente de Beauvais. É evidente que tais autores, inflamados pela paixão enciclopedista, não estavam interessados em serem originais, aliás, essa característica é bem pouco comum ao período. As “informações” históricas eram coletadas nos lugares em que estivessem disponíveis, isto é, em outras crônicas ou

² Na área da escrita da história, podemos citar Ângelo Clareno, no seu *Chronicon seu Historia septem tribulationum Ordinis Minorum*. Roma: Instituto Alfonso Gallo, 1958; na área da escrita hagiográfica, muito mais abundante, citamos o anônimo *Speculum Perfectionis*, editado por SABATIER, Paul. *Le speculum perfectionis ou Mémoires de frère Léon sur la seconde partie de la vie de saint François d'Assise*. Volume I. Manchester, 1928.

histórias ou qualquer outro repositório de conhecimentos. O colecionismo de fatos pode nos dar a impressão de uma narrativa crua, desprovida de um sentido e de objetivos epistemológicos; nada mais estranho. A vontade de saber impulsionava esses clérigos, investigadores que não queriam apenas descobrir coisas novas, mas organizar as descobertas antigas e disponibilizar esses materiais para um público mais amplo, facilitando, assim, não a educação de massa, evidentemente, mas a erudição dos futuros pregadores que entrariam em contato com as massas, não para educá-las, mas para convertê-las, salvá-las.

Dentro desse universo acadêmico do século XIII que envolve mais a teologia do que a historiografia, Salimbene apresenta-se cheio de idiossincrasias, particularidades que o distinguem dos demais historiadores do período. Ele se sente, de alguma forma, protagonista da história e sua crônica é, em grande medida, auto-referente, como se fosse uma autobiografia. Aliás, tudo o que sabemos de sua trajetória de vida devemos a seu próprio relato. Partindo de si mesmo e tendo a sua vida, a de sua família e de sua Ordem religiosa como referências centrais, Salimbene constrói a crônica entrelaçando história local e geral, política e psicológica, eclesiástica e civil. Encontramos desde a receita da torta que o deliciou certa feita até a descrição de revoluções político-sociais de cidades e reinos.

Como exemplo do grande espaço narrativo dado a si mesmo e à sua família, podemos citar esse curioso trecho:

[...] meu pai morava próximo à catedral (de Parma). Ele havia casado sua filha, a senhora Maria, com o senhor Azzo, primo consanguíneo do senhor Guarini, cunhado do papa (Inocência IV) e, por isso esperava, pelo fato de ser aparentado do papa e por causa da familiaridade que tinha com ele que o papa me devolvesse a meu pai, posto que meu pai não tinha outro filho. O que o papa não o fez, presumo. Talvez, para consolar meu pai, pensasse em me dar o episcopado ou outra dignidade. Ora, (o papa) foi um homem muito liberal, como se vê na regra dos frades Menores que interpretou e em muitas outras coisas.³

³ SALIMBENE, *Cronica*, op. cit., n. 308, p. 166: “[...] *et pater meus prope maiorem ecclesiam habitabat. Insuper filiam suam dominam Mariam maritaverat in domino Azone, consanguineo germano domini Guarini, cognati pape, et ideo sperabat, cum nepotibus pape et cum familiaritate quam cum eo habebat, quod papa me redderet patri meo, presertim cum alium filium non haberet. Quod papa non fecisset, ut puto. Forte, ad solatium patris mei, michi episcopatum dedisset vel aliquam dignitatem. Nam liberalis homo fuit valde, ut patet in regula fratrum Minorum quam declaravit et in aliis multis*”.

A decisão de se tornar frade Menor tirou Salimbene do núcleo familiar e rompeu a cadeia sucessória em sua família; seu irmão por parte de pai, Guido, casado com uma importante senhora, chegara a se tornar juiz, mas, desistindo da vida civil, entrou na Ordem dos frades Menores, antes de Salimbene, e sua mulher, Adelaxia, entrou para a Ordem de santa Clara, igualmente fundada por são Francisco. Esta é a razão pela qual o pai se lamentava de só ter um filho (Salimbene) e supunha que o papa concedesse que este voltasse para casa ou, na impossibilidade de voltar, que ao menos fosse honrado com o cargo episcopal, dando à família a nobreza que não possuía dinasticamente. Isso porque Salimbene pertencia a uma linhagem de ricos comerciantes de Parma que mantinham relações financeiras não só no mercado local, mas estrangeiro. Pertencer à categoria social dos *burguenses*, isto é, os não patrícios, não inferiorizava os ricos que, em Parma, gozavam de grande notabilidade e podiam estabelecer laços parentais com os *nobiles* (nobres) pela via do matrimônio, como aparece no trecho citado: a irmã de Salimbene, Maria, tornou-se Dona Maria (*domina Maria*) porque se casou com Dom Azzo (*dominus Açus*).

Os vínculos familiares continuam importantíssimos em toda a crônica salimbeniana; aliás, é graças ao pedido de uma sobrinha, Inês, monja clarissa do mosteiro de Parma, que Salimbene pôs-se a redigir este texto, depois de ter escrito tantas outras obras de história, infelizmente desaparecidas⁴. Também a *Cronica* que ora nos ocupa sofreu a destrutiva ação do tempo: do único manuscrito medieval, faltam vários fólios iniciais, onde certamente encontraríamos o prólogo e, com ele, as razões, os fundamentos teórico-teológicos, os objetivos, os procedimentos narrativos, enfim, encontraríamos aqueles elementos esclarecedores que nos ajudaram a entender as obras de Tomás de Eccleston e Jordão de Giano. Grande parte das respostas que costumam aparecer no prólogo, nós devemos procurar no corpo da crônica, o que, no caso da

⁴ É o próprio Salimbene quem nos conta, ao longo de várias passagens de sua crônica, que ele escreveu outras obras de história, como podemos ver no trecho seguinte: “Chama a atenção o fato de o abade Joaquim [de Fiori] não fazer nenhuma menção desses apóstolos em seus escritos, como fez da Ordem dos frades Menores e dos frades Pregadores, os quais, através de muitas figuras do Antigo Testamento, predisse que chegariam antes de terem aparecido no mundo, assim como demonstrei de maneira oportuna e diversas vezes nessa crônica e numa outra e numa terceira e numa quarta, também no tratado que redigi sobre Eliseu” [*Mirum est autem quod abbas Ioachim de istis Apostolis in scriptis suis nullam videtur facere mentionem, sicut fecit de Ordine fratrum Minorum et fratrum Predicatorum, quos in multis figuris Veteris Testamenti, antequam mundo apparerent, venturos esse predixit, sicut in hac cronica et in alia et in tertia et in quarta, nec non et in tractatu quem de Helyseo feci, optime et pluries demonstravi.*] (cf. SALIMBENE, *Cronica*, op. cit., n. 1322, p. 822).

crônica de Salimbene, não exige grande esforço visto que ele tem o costume de repetir ideias e fazer frequentes digressões. É assim que temos por certos o destinatário e os intentos da crônica:

Do momento em que comecei (esta genealogia), pareceu-me conveniente terminá-la por cinco razões: primeiro, porque irmã Inês, minha sobrinha, que vive no mosteiro de Parma da Ordem de santa Clara, no qual se tornou reclusa por amor de Cristo desde que era jovem, rogou-me que descrevesse para ela essa genealogia, já que não podia ter notícias de sua avó paterna, e por meio dela conhecesse a parentela da qual foi gerada, tanto por parte de pai quanto de mãe. [...] A segunda razão para escrever a genealogia é para que a irmã Inês conheça por quem deve rezar a Deus, visto que o Apóstolo, na primeira epístola a Timóteo, diz: “*Se alguém não tem cuidado dos seus, principalmente de seus familiares, negou a fé e é pior que o infiel.* [...] A terceira razão é por causa do costume dos antigos, que escreviam suas genealogias. Como se diz no livro de Neemias, capítulo VII, de alguns que foram expulsos do sacerdócio por não poderem encontrar o documento de suas genealogias. A quarta razão, porque, ao escrever a genealogia, pude dizer algumas coisas boas e úteis que não teria dito sem ela. A quinta e última razão, para mostrar que as palavras do apóstolo Tiago são verdadeiras. Diz, pois, Tiago, no capítulo IV: *o que é a vossa vida? Um vapor que bem pouco aparece e que logo será exterminado*⁵.

Esse trecho de Salimbene se nos apresenta como um pequeno tratado de historiografia medieval e, por isso, é importante lançar sobre ele um olhar atento. Vamos dividir os cinco motivos da escrita da crônica em dois grupos. No primeiro, encontramos a *função informativa* da história (*notitiam habere*), aqui chamada de genealogia: ela serve para que Inês descubra qual é a sua linhagem e saiba por quem deve rezar. No segundo, identificamos a *função educativa* da história (*bona et utilia dicere*); por ela, o autor pode mostrar, ensinar, edificar. Esta segunda função é a responsável por fazer com que a *genealogia* traçada por Salimbene tenha ares de uma *crônica* propriamente dita, como acabamos de reportar na nota anterior: para posicionar os antepassados de Inês no plano

⁵ SALIMBENE, *Cronica*, op. cit., n. 289-291, p. 150-151: “*Ex quo autem inchoaveram eam, visum fuit michi eam congruum esse perficere propter quinque. Primo, quia soror Agnes, neptis mea, que est in monasterio Parmensi Ordinis sancte Clare, in quo se amore Christi reclusit, dum adhuc parvula esset, rogavit me ut eam describerem, occasione avie sue paterne cuius notitiam habere non poterat, quatinus ex hac genealogia docta cognoscat, tam ex parte patris quam ex parte matris, ex quibus parentibus genita sit. [...] Porro secunda ratio genealogie descripte fuit ut cognoscat soror Agnes pro quibus debeat Deum rogare, quia Apostolus in prima epistola ad Timotheum dicit, V capitulo: si quis autem suorum et maxime domesticorum curam non habet, fidem negavit et est infideli deterior. [...] Tertia ratio fuit antiquorum consuetudo, qui genealogias suas describebant. Unde dicitur in libro Neemie VII de quibusdam quod eiecti sunt de sacerdotio, eo quod scripturam genealogie sue invenire non possent. Quarta ratio fuit quia, occasione istius genealogie quam descripsi, aliqua bona et utilia dixi, que non dixissem. Quinta et ultima ratio fuit ut ostendatur verbum apostoli Iacobi verum esse. Dicit enim Iacobi III: Que est enim vita vestra? Vapor est ad modicum parens, et deinceps exterminabitur”.*

narrativo e no fio da história, Salimbene precisava tecer a trama dos acontecimentos do modo mais completo possível. Ele o fez inserindo sua família nos destinos da cidade, do reino (o Império romano-germânico de Frederico II) e da cristandade. E como tudo o que é bom tem que ter um passado glorioso, oriundo de nobre estirpe, Salimbene faz sua história retroceder ao máximo, até se aproximar do *costume dos antigos*.

A função educativa é declaradamente moral: pela crônica, os leitores podem aprender coisas boas e úteis e, sobretudo, podem compreender a vanidade da vida a ponto de não se apegarem a ela; ao conhecimento do passado segue-se o reto proceder do presente e é por isso que a história é boa, pois pode encaminhar as mentes para os fins dignos de um destino cristão. Com isso, somos remetidos para os procedimentos adotados por Salimbene ao escrever sua crônica e nos deparamos com a sua metodologia. É ele ainda que nos conta:

E porque parece que de vez em quando fazemos digressão afastando-nos da matéria começada, deve-se-nos perdoar por três motivos. Primeiro, porque tais coisas nos ocorrem sem a nossa intenção quando, instigados pela consciência, não as podemos evitar convenientemente, pois *o espírito sopra onde quer, e não cabe ao homem proibir a ação do espírito*, como se diz em João III e Eclesiaste VIII. Segundo, porque sempre dizemos coisas boas e úteis e dignas de serem relatadas e que podem ser contadas convenientemente numa obra de história. Terceiro, porque sempre retomamos a matéria começada e nada omitimos por causa disso sobre a verdade da narração da história primitiva⁶.

O autor justifica os muitos volteios que dá ao narrar os acontecimentos seguindo a ordem dos anos; Salimbene não é fiel ao procedimento adotado: ao falar de um evento ocorrido em 1233 retorna várias décadas, às vezes séculos e, depois, avança para eventos posteriores ao ano em causa. A cronologia não é prisão do historiador, posto que, mais importante que a sequência anual é o proveito que se tira da matéria narrada. E o historiador trabalha segundo os ditames da arte, mas, sendo cristão, não se esquece que sua pena é conduzida por Deus que, como, quando e onde quer, manifesta sua intenção, ainda que o escritor o resista. As divagações que naturalmente pensaríamos

⁶ SALIMBENE, *Cronica*, op. cit., n. 738, p. 514: “*Et quia aliquando videmur digressionem facere alicubi a materia inchoata, parcendum est nobis propter tria. Primo, quia preter intentionem nostram talia nobis occurrunt, que quandoque convenienter vitare non possumus, conscientia instigante, quia spiritus ubi vult spirat, nec est in hominis dictione prohibere spiritum, ut habetur Io. III et Eccle. VIII. Secundo, quia semper dicimus bona et utilia et digna relatu, et que possunt optime in hystoria computari. Tertio, quia optime redimus postea ad materiam inchoatam et nichil dimittimus propter hoc de veritate narrationis historie primitive*”.

dependem de um espírito disperso, inconciso, encontram, nesse caso, sua razão de ser na finalidade educativa da história que, mais do que narração de fatos, significa oportunidade de formar o caráter seguindo a inspiração divina: aparentemente, na narração histórica, os fins (a edificação) justificam os meios (a divagação e a digressão).

Notemos ainda que Salimbene ora nomeia sua obra “genealogia” ora “crônica” ora “história”; talvez fosse vão esforço procurar aqui as razões terminológicas para essa diversidade: esses títulos são apenas rótulos que designam aquilo que, para Salimbene e os demais letrados do medievo, participa de um amplo universo de aprendizado moral; além disso, as variações de termo enfatizam aquilo que, desde os primórdios da alta cultura cristã, com são Jerônimo ou santo Agostinho, constituía a diferença entre *res* e *verbum*: os eruditos cristãos acusavam os eruditos pagãos de privilegiarem a palavra (*verbum*) em detrimento do objeto ou da coisa nomeada (*res*) e por posporem a retórica à ética. Para os letrados cristãos, a “verdade” ou a “utilidade” de uma coisa é superior às formas de enunciá-la, pois a palavra é tão-somente o veículo que permite à verdade locomover-se e executar o seu trabalho. E, ao fim e ao cabo, era isso que os mendicantes perseguiram ao pregar e ao escrever histórias e crônicas: dar ocasião para que a verdade da fé tomasse as devidas proporções nas existências particulares dos homens e no funcionamento social das cidades e reinos. Se tal projeto foi levado a termo, é uma outra história, não menos interessante.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ALBERTO DE STADE. “Annales Stadenses”. Ed. I. M. LAPPENBERG. In: *Monumenta Germaniae Historica. Scriptores*. Vol. XVI, 1859. Rist. anast. Stuttgart-New York, 1963.

BARONE, Giulia. “L’Ordine dei predicatori e le città. Teologia e politica nel pensiero e nell’azione dei predicatori”. In: *Mélanges de l’École Française de Rome. Moyen-Age, Temps modernes*. Vol. 89, n. 2, 1977. p. 609-618.

BRUFANI, Stefano e MENESTÒ, Enrico (org). *Fontes Franciscani*. Assis: Edizioni Porziuncola, 1995.

CASAGRANDE, Carla e VECCHIO, Silvana. “Cronache, morale, predicazione: Salimbene da Parma e Jacopo da Varagine”. In: *Studi Medievali*. Vol 30:2, 1989. p. 749-788.

CAPO, Lidia. “Cronache mendicanti e cronache cittadine”. In: *Mélanges de l’École française de Rome. Moyen Âge, Temps Modernes*. Vol. 89, n. 1, 1977. p. 633-639.

GIORDANO DA PISA, *Quaresimale fiorentino 1305-6*. A cura di Carlo del Corno. Florença, 1974.

HUMBERTO DE ROMANS, “De eruditione praedicatorum”. In: *Bibliotheca Maxima Patrum*. Vol. XXV, 1677.

SALIMBENE DE ADAM DA PARMA. *Cronica*. Testo latino a cura di Giuseppe SCALIA e traduzione di Berardo ROSSI. Parma: Monte Università Parma Editore, 2007. 2 vols.

SMALLEY, Beryl. *Storici nel Medioevo*. Napoles: Liguori Editore, 1979.

TILATTI, Andrea. “Dall’Agiografia alla cronaca. Le ‘Inventiones’ degli antichi patroni padovani fra interpretazione storiografica e sviluppo di una coscienza civica (secc. XI-XII)”. In: VAUCHEZ, André (org.). *La religion civique à l’époque médiévale et moderne*. Roma: École Française de Rome, 1995. p. 47-74.

THOMPSON, Augustine. *Predicatori e politica nell’Italia del XIII secolo*. La “Grande Devozione” del 1233. Milão: Edizioni Biblioteca Franciscana, 1996.